

# As múltiplas facetas de um marchante: a vida empresarial de Antônio Diogo de Siqueira

CARLOS NEGREIROS VIANA\*

*O objetivo principal deste artigo é o de fazer uma reconstituição da vida empresarial de Antônio Diogo de Siqueira, que começou a vida como marchante, transformou-se em industrial, fazendeiro, comerciante e banqueiro, mas permaneceu sempre atuando na marchantaria.*



## 1 Antônio Diogo de Siqueira

Antônio Diogo de Siqueira, que nasceu em São Francisco de Uruburetama (atual Itapajé), a 01/09/1864, iniciou sua vida profissional, como marchante, ao lado do pai. No desempenho dessa atividade,

---

\* Mestre em Economia pela UnB e Professor do Curso de Ciências Econômicas da UFC/Campus de Sobral.

também tentará a sorte na Amazônia, para onde se transferirá, em busca de melhores condições de vida, na primeira metade da década de 1880 (VASCONCELOS FILHO, 2002).<sup>1</sup>

Após breve permanência naquela região, retorna ao Ceará e continua atuando exclusivamente no abate de gado e comércio de carnes até constituir, juntamente com Antônio José de Souza e Joaquim Martins Júnior, a firma Souza, Martins & Cia., com o objetivo de instalar uma saboaria na P. de Pelotas (atual P. Clóvis Bevilácqua). É oportuno lembrar que Antônio Diogo foi sócio também dos supracitados marchantes, de Francisco de Araújo Barros e de seu irmão, Diogo Henrique de Siqueira, em outra firma, a Siqueira, Martins, Barros & Cia., cuja finalidade era a exploração da marchantaria (IBIDEM)<sup>2</sup>.

Em 1902, Antônio Diogo é eleito para 1º. Tesoureiro da Diretoria da Sociedade Mutuária Cearense, com mandato desse ano até 1904. Cabe lembrar que essa sociedade benemérita foi fundada, a 15/08/1901, com o fim de garantir pequeno patrimônio às famílias de seus associados, quando falecidos em pleno gozo de seus direitos de sócios (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1903).

Em 1904, deixa ele a Souza, Martins & Cia. e constitui sua própria firma, denominada A.D. Siqueira & Cia., que tem como objetivo principal a instalação e a exploração de uma fábrica de sabão e resíduo de caroço de algodão, no cruzamento dos *boulevards* D. de Caxias e Imperador, batizada de Santa Elisa, em homenagem a sua esposa. (VIANA, 1994).

Segundo o Almanaque do Ceará de 1906, Antônio Diogo é o arrendatário do quiosque nº 2 da Avenida Nogueira Accioly naquele ano. É oportuno lembrar que a referida avenida se situava na atual P. José de Alencar.

Em 1907, segundo o censo industrial daquele ano, a firma A.D. Siqueira & Cia. tinha um capital de 80 contos e sua fábrica Sta. Elisa

<sup>1</sup> Em sua primorosa obra, intitulada *Da Ribeira do Sabonete ao Pajeú – Apontamentos genealógicos sobre os Diogos de Siqueira de Fortaleza* (FORTALEZA, 2002), Luís Gonzaga Vasconcelos Filho esclarece que José Vital de Siqueira, ao adicionar o prenome de Diogo, ao seu nome e aos de seus filhos Francisco, Antônio e Gustavo, em retribuição a uma graça alcançada em promessa feita a S. Diogo (S. Diego), acabou criando a família “Diogo de Siqueira”, já que o pronome “Diogo” se transformou num dos sobrenomes dos descendentes de seus supracitados filhos.

<sup>2</sup> Não foi possível definir exatamente as datas de constituição dessas duas firmas. Foi possível, no entanto, constatar, por Vasconcelos Filho (2002) e pelos Almanques do Ceará, de 1895 a 1907, que a “Siqueira Martins, Barros & Cia.” já existia antes de 1899 e que a “Souza, Martins & Cia.” já existia em 1900.

empregava 33 operários, utilizava 6 c.v. de força e tinha o valor de sua produção estimado em 186.600\$000.

No último governo do Comendador Nogueira Accioly (1908 – 1912), Antônio Diogo ganha, juntamente com membros da família do oligarca, de quem era apadrinhado, um contrato para monopolizar os talhos de carne do Mercado Público de Fortaleza. (THEOPHILO, 1914).

Em 07/11/1916, estabelece uma nova firma, a A.D. Siqueira & Filho, que sucederá a A.D. Siqueira & Cia., com capital social de 600 contos de réis e com o objetivo de, além de extrair óleos vegetais e produzir sabão, fabricar fios de algodão na Fábrica Sta. Elisa. (VIANA, 1994).

Em 1919, a Fábrica Sta. Elisa tinha o capital de 250 contos, empregava 70 operários, possuía 2.000 fusos e utilizava 80 c.v. de força. Nesse ano, Antônio Diogo participa da fundação do Centro Industrial Cearense, na condição de vice presidente (IBIDEM).

Seus negócios já prósperos, prosperarão, ainda mais, durante a década de vinte, quando a economia cearense passa a viver uma fase de grande dinamismo, baseado, sobretudo, na expansão de sua cotonicultura (IBIDEM).

No começo daquela década, Diogo, além de continuar extraindo óleos vegetais e fabricando sabão e fios, passa a produzir tecidos e prensar algodão em grande escala, que exporta. Simultaneamente às suas atividades no comércio de exportação, passa a se dedicar ao comércio de importação (IBIDEM).

Na primeira metade dos anos vinte, ainda, dá início a uma série de associações com outros empresários, através das quais diversificará, mais ainda, seus negócios: em 1922, constitui, juntamente com João Caminha Muniz e Raymundo A. P. Motta, a firma Caminha, Diogo & Cia. Ltda<sup>3</sup>., que explorará o ramo de fumos e seus preparados, e que, posteriormente, será uma das sócias da Philomeno, Markan & Caminha Ltda<sup>4</sup>. Em 1924, tendo como seu representante Antônio Diogo de Siqueira Filho, constitui

---

<sup>3</sup> Essa firma foi constituída, em 01/12/1922, com o objetivo de explorar o ramo de fumos e seus preparados, com um capital social de 200 contos de réis, assim dividido entre os sócios: A. D. Siqueira & Filho – 100 contos; João Caminha Muniz – 90 contos; e Raimundo Augusto Paiva Motta – 10 contos (JUCEC, 1926).

<sup>4</sup> Foi constituída, em 01/04/1924, com o objetivo de explorar a indústria de fumo e seus preparados, com um capital social de 750 contos de réis, assim dividido entre os sócios: Philomeno Gomes & Cia. - 270 contos; J. Markan – 240 contos; e Caminha, Diogo & Cia. Ltda – 240 contos (IBIDEM).

a firma Boris, Siqueira, Lima e Cia<sup>5</sup>, juntamente com a Boris Frères & Cia., Gustavo Correia Lima e a Machado & Caminha, com o objetivo de beneficiar algodão em Iguatu. Em 24/10/1924, constitui a Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., que instalará a Usina Ceará (IBIDEM).

No segundo lustro dos anos vinte, atinge Diogo o apogeu de sua capacidade empreendedora.

Nesse período, expande ele sua atuação no ramo têxtil, ao adquirir (por volta de 1925) a Fábrica Ceará Industrial, que pertencia a Boris Frères, e ao arrendar a Fábrica Santo Antônio da Andrade & Cia. (em torno de 1927 e que adquirirá definitivamente em 1930). Ao mesmo tempo em que expande a capacidade de produção de fios da Fábrica Santa Elisa, onde, como consequência da instalação da Usina Ceará, não mais serão extraídos óleos e fabricados sabões (IBIDEM).

No ramo têxtil, ainda, Diogo se envolverá na construção da Fábrica São José, na qualidade de sócio da firma Frota, Siqueira & Cia. Ltda., constituída em 1926 e cujos outros sócios eram Raymundo da Silva Frota e a firma Philomeno Gomes & Cia. Por desentendimentos pessoais com Pedro Philomeno, não chegará ao final desse empreendimento, retirando-se dessa firma em 1927 (IBIDEM).

O Cel. Antônio Diogo continuará, ainda, na segunda metade dessa década, a beneficiar algodão na Fábrica Sta. Elisa e a prensá-lo, para exportação, na Prensa Diogo. Como beneficiador e exportador de algodão, também estará vinculado, através de seu filho Diogo Vital de Siqueira, à firma Exportadora Cearense Ltda<sup>6</sup>, constituída em 1925 e que tinha também como sócios as firmas: F. Moreira & Cia.; J. Arruda & Irmão;

---

<sup>5</sup> Firma constituída, em 01/07/1924, com o objetivo de beneficiar algodão, com um capital social de 400 contos de réis, assim dividido entre os sócios: Boris Frères & Cia. – 120 contos; A. D. Siqueira Filho – 120 contos; Gustavo Correia Lima – 120 contos; e Machado & Caminha – 40 contos (IBIDEM).

Gustavo Correia Lima era sócio da firma Gustavo Correia Lima & Cia., constituída, em 03/09/1921, para explorar, em Iguatu, o comércio de fazendas, estivas, ferramentas e armarinho. Tinha um capital social de 12 contos de réis, assim dividido: Gustavo Correia Lima – 10 contos; e Antônio Pinho Vieira – dois contos (IBIDEM).

A Machado & Caminha foi constituída, em 01/01/1922, com o objetivo de explorar o comércio de exportação e fazer representações de gêneros do país, com um capital social de 250 contos de réis, assim distribuído: Raymundo Caminha – 97:500\$000; Pedro Riquet Machado Nogueira – 52:500\$000; e José Aprígio Machado Nogueira – 100 contos (IBIDEM).

<sup>6</sup> Essa firma foi constituída, em 18/05/1925, com o objetivo de explorar o comércio de exportação em geral, com um capital social de 600 contos de réis, assim distribuído entre os sócios: F. Moreira & Cia. – 100 contos; J. Arruda & Irmão – 100 contos; Joaquim Gonçalves & Cia. – 100 contos;

Joaquim Gonçalves & Cia.; Fernandes & Franco Ltda.; e, mais ainda, Sebastião Moreira de Azevedo e Bernardo Jucá (IBIDEM).

Diogo coroará suas atividades como marchante, das quais nunca se afastou, com a constituição, em 1925, da Empresa Matadouro Modelo Ltda., juntamente com Arthur Themotheo (marchante), Abel Ribeiro (capitalista) e outros sócios minoritários, com o objetivo de construir e explorar um matadouro modelo em Fortaleza. A suspensão da concessão de exploração desse matadouro se daria durante a interventoria de Fernandes Távora (1930-1931) (IBIDEM).

Foi ele, também, fazendeiro e pecuarista, tendo sido proprietário de grandes fazendas em Quixeramobim, Senador Pompeu, Caio Prado (à época Cangati) e Pajuçara (Maracanaú), onde praticava a cotonicultura ou culturas de subsistência (como na Laje, em Caio Prado, e na do Aca-rajuzinho, em Pajuçara), bem como a pecuária (como na Curráli, Fofor e Primavera). Dessas fazendas extraía também lenha, em grande quantidade, que era vendida a Estrada-de-Ferro de Baturité e a “The Ceará Tramway Light and Power, Co. LTD.” (VASCONCELOS FILHO, 2002).

Como expressão da sua prosperidade, constitui, em 24/08/1927, a firma A.D. Siqueira & Filhos (em substituição a A.D. Siqueira & Filho), com um capital de 4.000 contos de réis (VIANA, 1994).

Diogo Vital de Siqueira – 100 contos; Sebastião Moreira Azevedo – 100 contos; Fernandes & Franco Ltda – 50 contos; e Bernardo Jucá – 50 contos (JUCEC, 1926).

A firma F. Moreira & Cia foi constituída, em 01/08/1923, com objetivo de explorar os ramos de comissões consignações, representações, estivas e miudezas, com um capital social de 300 contos de réis, assim distribuído: Francisco Moreira de Azevedo – 230 contos; e Sebastião Moreira de Azevedo – 70 contos (IBIDEM).

A J. Arruda & Irmão foi constituída em 01/07/1921, como objetivo de explorar os ramos de exportação, comissões, consignações e conta própria, com um capital social de 400 contos de réis, assim dividido: João Arruda – 340 contos; e Edgar Arruda – 60 contos (IBIDEM).

A firma Joaquim Gonçalves & Cia., foi constituída em 1896, no Acaraú, e teve novo contrato registrado, na Junta Comercial do Ceará, em 21/08/1921. Nessa data, o seu capital social era de 500 contos de réis, assim dividido: Joaquim Gonçalves Ferreira – 160 contos; José Batista Rocha – 120 contos; José Gonçalves Ferreira – 120 contos; e Manoel Messias Gonçalves – 100 contos (IBIDEM).

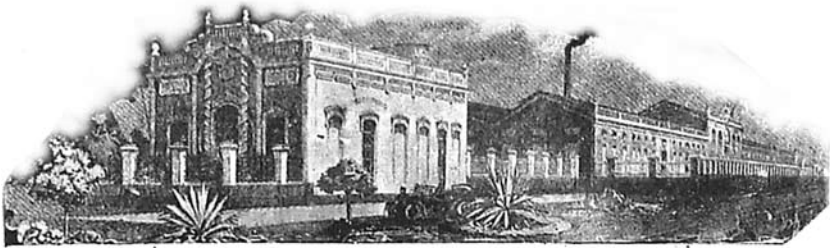
Bernardo Jucá era sócio de duas firmas em Lavras da Mangabeira: a primeira, denominada de “Bernardo Jucá & Cia.”, foi constituída, em 08/05/1924, com o objetivo de explorar o comércio de exportação e o de importação com um capital social de 70 contos de réis, distribuído entre Bernardo Jucá (50 contos), Antônio Ricarde (10 contos) e Honório Jucá (10 contos). A segunda, tinha a razão social de “Gonçalves & Cia.”, constituída, em 08/05/1924, com o objetivo de explorar o comércio de fazendas e miudezas, com um capital social de 40 contos de réis, dividido entre: Bernardo Jucá (30 contos) e João Gonçalves (10 contos) (IBIDEM).

Quando decide instalar a Fábrica de Cigarros Araken, que será inaugurada em 1928, Diogo Vital de Siqueira contará também com recursos financeiros do seu pai, o Cel. Antônio Diogo (REVISTA DOS INDUSTRIAES DE 1928).

Até sua morte, a 24/06/1932, o Cel. Antônio Diogo ainda expandiria seus negócios, sobretudo no ramo têxtil (como coassociado da Fiação São Luiz Ltda. e da Empresa de Fios e Redes Ltda.) e bancário (como Presidente do Banco dos Importadores de Fortaleza e Diretor – Conselheiro do Banco dos Proprietários).

O patrimônio deixado por ele atingiu o valor total de 8.194:259\$444, tendo ficado, para sua viúva, 4.097:129\$722 e, para cada um dos seus 14 filhos, 292:652\$123 (Formal de partilha de seus bens registrado no Cartório Silveira Martins).

## 2 A Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda. e a instalação da Usina Ceará



*Usina Ceará*

A decisão de constituir a firma Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., que teria como objetivo a fundação de uma grande fábrica de óleos vegetais e sabão, por parte das firmas A. D. Siqueira & Filho, Theophilo Gurgel Valente, Philomeno Gomes & Cia., Proença & Cia. e José Lauria, adveio da percepção de certos fatos, por parte de seus proprietários, quando partilhavam a experiência da instalação de um escritório comercial, cuja finalidade era a distribuição, no Ceará e fora dele, por um regime de quotas, dos sabões produzidos nas fábricas pertencentes a cada uma delas (VIANA, 1994).

A experiência com esse escritório levou os seus participantes a perceberem que as vantagens para todos, decorrentes dos ganhos de escala, que seriam obtidas pela produção de óleos vegetais, que se destinariam à fabricação de sabões, em uma única e grande fábrica, seriam significativamente maiores que se a produção continuasse a se dar de forma fracionada. A partir dessa percepção, constituíram a referida firma e decidiram instalar a Usina Ceará (IBIDEM).

O quadro econômico-financeiro para o estabelecimento de tal usina mostrava-se extremamente favorável e isto foi também percebido por seus empreendedores: a) a sua instalação e funcionamento poderiam vir a gozar dos favores concedidos, pela legislação federal e estadual em vigor, aos beneficiadores e/ou exportadores de algodão e subprodutos; b) a cotonicultura cearense vivia momentos de grande prosperidade, o que significaria uma oferta de matérias-primas farta e barata e uma grande possibilidade de bons negócios de exportação; c) os capitais já acumulados nessa fase de prosperidade, por seus empreendedores, com o beneficiamento e a exportação de algodão, bem como com a fabricação de seus subprodutos (fios, tecidos, óleos e sabões) financiariam os investimentos necessários para o seu rápido estabelecimento; d) o amplo mercado interno para o sabão, cuja demanda crescera muito em decorrência da elevação da renda no Estado - resultante da conjuntura favorável que estava a viver o seu comércio exterior e ainda dos vultosos gastos públicos da política de combate à seca do Governo Epitácio Pessoa (1919-1922) - e do crescimento da sua população, sobretudo a da capital (IBIDEM).

A Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda. foi constituída, em 24/10/1924, como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com o capital inicial de 1.500 contos de réis, divididas em 150 quotas iguais de 10 contos, assim distribuído entre os sócios: Theophilo Gurgel Valente -30 quotas (300 contos); Philomeno Gomes & Cia. -30 (300 contos); A. D. Siqueira & Filho -30 (300 contos); Proença & Cia. -30 (300 contos); e José Lauria -30 (300 contos) (IBIDEM).

Os capitais que lhe deram origem eram exclusivamente os de seus sócios, não recebendo a firma no momento de sua constituição, ou depois, qualquer auxílio financeiro dos governos federal e estadual. Do mesmo modo, não usufruiu ela de nenhum dos favores da legislação já referida, tendo-se notícia apenas de que o governo estadual lhe

concedeu, pela Lei nº 2.305 de 23/10/1925, “isenção, por 15 anos, de todos os impostos de caracter estadual, para uma fábrica de artigos de perfumaria a ser instalada na Usina Ceará (Conj. de Leis do Estado do Ceará -1925) (IBIDEM).

A firma Theophilo Gurgel Valente, como parcela de sua quota na sociedade, cederia o terreno e algumas instalações já pertencentes à Usina Gurgel, no Bairro do Matadouro, onde seria estabelecida a Usina Ceará. Por sua vez, todas as firmas pertencentes à sociedade cederiam as máquinas que já utilizavam em suas respectivas fábricas de óleos e sabão, de modo que, de início, não houvesse necessidade de adquirir máquinas novas para a usina e ficassem as despesas, relativas à sua instalação, praticamente reduzidas às da construção de seu prédio. Esse procedimento, adotado pelos sócios, tornou possível a rápida entrada em atividade da usina, já em 1925 (IBIDEM).

Com a entrega de todas as suas máquinas e equipamentos à Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., todos os seus sócios se obrigaram, por cláusula contratual, a não mais atuar no ramo de óleos e sabão, não apenas enquanto permanecessem como sócios, mas também depois de suas retiradas da firma. Com isso, a Usina Ceará passou a ser, praticamente, a fabricante exclusiva de óleos e sabão em Fortaleza e a maior desse último produto em todo o Estado, já que as fábricas da CIDAO não produziam sabão (IBIDEM).

Em 1927, a Usina Ceará consumiu 3.606.273 kg de caroço de algodão, para produzir 3.146.543 kg de resíduo, 42.329 kg de linter e 354.558 kg de óleo, que eram destinados, integralmente, à sua fabricação de sabão, cujo volume de produção, desse ano, não consta na fonte onde foram encontrados tais dados (Relatório do Presidente José Moreira da Rocha de 1928).

Em 1928, segundo dados da *Revista dos Industriaes*, essa usina produzia, mensalmente, 420t de resíduo em pasta (que eram exportadas, em parte, para outros estados e exterior), 60t de óleo de algodão, 40t de óleo de mamona, 400 t de sabão (destinadas a Fortaleza e ao resto do Ceará), além de 600t de sílex, ocupando 800 operários.

A partir de setembro de 1927, a Usina Ceará passou a pertencer apenas às firmas A. D. Siqueira & Filhos e Theophilo Gurgel & Cia. devido à retirada dos outros sócios: em 14/06/1926, registra-se a retirada de José Lauria da sociedade da Siqueira, Gurgel, Gomes, & Cia.

Ltda. e, em 1927, respectivamente nos dias 16/03 e 05/09, as saídas das firmas Proença & Cia. e Philomeno Gomes & Cia. Com a retirada dessa última firma, será constituída uma nova firma denominada Siqueira & Gurgel Ltda., em substituição a Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., que permanecerá com o mesmo capital de 1.500 contos de réis da firma extinta, tendo o total de suas 150 quotas ou ações a seguinte divisão: A. D. Siqueira & Filhos (72,75%) e Theophilo Gurgel & Cia. (27,25%) (IBIDEM).

Pedro Philomeno Gomes, ao se retirar de tal firma, sairia definitivamente do ramo de óleos e sabão, passando a se dedicar apenas ao ramo cigarreiro e têxtil. Já Amarílio Proença, o sócio realmente atuante da Proença & Cia. na Usina Ceará, voltaria a atuar na indústria de óleos e sabão, posteriormente, não com a reativação da Fábrica Proença, mas como sócio, novamente, da Siqueira & Gurgel Ltda., a partir de 1930 (IBIDEM).

Com isso continuaria a Usina Ceará a ser, praticamente, a única grande produtora de óleo de caroço de algodão e sabão, no Ceará, até o surto de fundações de fábricas de óleos na década de 1930. Em 1929, além da Siqueira & Gurgel, estavam a atuar no ramo de óleos e sabão, no Estado, as pequenas firmas: N. Maia & Cia., situada no *Boulevard D. Manoel, 276*; União Industrial Cearense Ltda., na R. Floriano Peixoto; e Walter & Cia., no *Boulevard Visconde de Cauhype, 748* (*Almanaque do Ceará de 1929*).

Em 1930, além de instalações para produzir óleos, resíduos, tortos e sílex, a Usina Ceará dispunha de modernas instalações, com capacidade para beneficiar 200 t de algodão, produzir 20 t de fios grossos para redes e cordões para embrulhos e 10 mil redes, mensalmente (*Almanaque do Ceará de 1930*). Posteriormente, adicionaria a essas atividades a produção de adubos agrícolas e farinha de ossos (*Almanaque do Ceará de 1932*).

Como as espécies de sabão produzidas pela Usina Ceará eram de baixa qualidade, teve ela sérios problemas, nos anos imediatos à sua instalação, com a concorrência no mercado cearense que lhe foi imposta pela Saboaria Amazônia (de Soares & Carvalho). Tal saboaria, situada no Pará, produzia sabões de melhor qualidade (os seus famosos sabões das marcas Borboleta e Tartaruga), que tinham maior aceitação que os da Usina Ceará nos segmentos populacionais de maior renda do Estado, sobretudo nos de Fortaleza. A estratégia encontrada, pelos dirigentes da

Usina Ceará, para escapar dessa concorrência, foi a concentração das vendas de seus produtos nos mercados de baixa renda do interior cearense, para onde seguiam via E. F. de Baturité. Somente com a elevação da qualidade de seus sabões, conseguida com a aquisição da fórmula do sabão Borboleta, da Saboaria Amazônia, através do filho de um de seus sócios, que se desentendera com o pai, a Usina Ceará livrou-se definitivamente dessa incômoda competição. Superada essa crise inicial, a Usina Ceará sobreviveria até a década de 1990, mudando diversas vezes de proprietário (VIANA, 1994).

### 3 A fábrica Santa Elisa



Em 1904, Antônio Diogo de Siqueira deixa a firma Souza, Martins & Cia., que constituiu, em sociedade, com Antônio José de Souza e Joaquim Martins Jr., e se estabelece com sua própria firma, denominada A. D. Siqueira & Cia., que tem como objetivo principal, a instalação e a exploração de uma fábrica de sabão e resíduo de caroço de algodão, no cruzamento dos boulevards D. de Caxias e do Imperador, que será batizada de Santa Elisa, em homenagem à Elisa Viana de Siqueira, sua esposa (VIANA, 1994).

Segundo o “Censo Industrial de 1907”, a firma A. D. Siqueira & Cia. contabilizava, naquele ano, um capital social de 80 contos de réis e

sua fábrica Sta. Elisa empregava 33 operários, utilizava 6 c.v. de força e tinha o valor de sua produção estimado em 186:600\$000.

Em 07/11/1916, Antônio Diogo constitui uma nova firma, a A. D. Siqueira & Filho, que sucederá a A. D. Siqueira & Cia., com um capital social de 600 contos de réis e com o objetivo de, além de extrair óleos vegetais e produzir sabão, fabricar fios de algodão na Fábrica Sta. Elisa (VIANA, 1994).

Em 1919, a Fábrica Santa Elisa, de propriedade da A. D. Siqueira & Filho, tinha um capital de 250 contos de réis, empregava 70 operários, possuía 2.000 fusos e utilizava 80 c.v. de força (IBIDEM).

Por volta de 1922, Diogo, além de continuar extraíndo óleos vegetais e fabricando sabão e fios na Fábrica Sta. Elisa, passa a ali produzir tecidos e a prensar algodão, em grande escala, que exporta (IBIDEM).

Por cláusula contratual, quando da constituição da firma Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., em 1924, que tinha como objetivo a instalação da Usina Ceará, Antônio Diogo de Siqueira se compromete a não mais produzir óleos e sabões na Fábrica Sta. Elisa, que, em consequência disso, passa por uma expansão da sua capacidade de produção de fios (IBIDEM).

Segundo a *Revista dos Industriaes* de 1928, a Fábrica Sta. Elisa contava, naquele ano, com 350 operários, que produziam, diariamente, 1.200 tubos de fios (para redes) e 500 redes, fazendo uso de 50 teares, além de prensarem 10.000 fardos de algodão, com 140 kg cada um, para a exportação. O seu maquinismo era todo movido à eletricidade, já que dispunha de seis motores, com força de 230 h.p., de acordo, ainda, com essa publicação.

Em 1934, dois anos após o falecimento do Coronel Antônio Diogo de Siqueira, a Fábrica Sta. Elisa permanece em propriedade da A. D. Siqueira & Filhos e dispõe de uma capacidade produtiva de 1.240 fusos e 250 operários, com a qual fabricou 360.000 kg de fios e 80.000 kg de redes, que consumiram 400.000 kg de algodão (VIANA, 1994).

Em 12/08/1937, a firma A. D. Siqueira & Filhos passa a se denominar A. D. Siqueira & Cia., que terá a propriedade da Fábrica Sta. Elisa até o encerramento de suas atividades, no final dos anos 1950 (IBIDEM).

Merece saliência, aqui, ao se finalizar este breve histórico da Fábrica Sta. Elisa, que ela dispunha, desde o início da década de 1920, de uma vila operária, denominada de Vila Diogo, que era constituída de 66 casas.

## 4 A fábrica Ceará Industrial

Apesar de não ter sido fundada pelo Coronel Antônio Diogo de Siqueira, a Fábrica Ceará Industrial foi adquirida por sua firma, A. D. Siqueira & Filho, por volta de 1925, e permaneceu em poder de sua família até o final da década de 1950, quando foi vendida ao Grupo P. Machado. (VIANA, 1994).

Inaugurada em 1889, pela firma Hollanda & Gurjão & Cia., de propriedade de Clementino Hollanda e José Gurjão, e que dispunha de um capital social de 250 contos de réis, a Ceará Industrial seria uma integração de fiação e tecelagem, com uma capacidade produtiva inicial de 50 teares, localizada na R. Sta. Isabel (atual P. Isabel) (IBIDEM).

Em 1892, possuía os seguintes maquinismos: 1 abridor; 1 batedor; 2 cardas; 144 fusos grossos; 440 finos; 2 passadores; 2.250 fusos de fiação; 2 urdideiras; 1 engomadeira; 60 teares; 1 motor, com 25 cavalos de força; e 1 caldeira multitubular. Tal maquinismo teria capacidade para produzir de 800 a 900.000 jardas (731.200 a 822.600m) de tecidos, anualmente. (IBIDEM).

Em 01/06/1901, a Ceará Industrial foi adjudicada ao Banco do Ceará S.A., que a vendeu a firma Alfredo Ferreira & Irmão (IBIDEM).

Em 1904, a Alfredo Ferreira & Irmão arrendou a Ceará Industrial à Mattos, Lima & Cia., primeira grande firma a se estabelecer, no Ceará, para produzir redes em grande escala, através da Fábrica União e Trabalho, fundada em 1893 (IBIDEM).

Ao arrendá-la, a Mattos, Lima & Cia. transferiu, com exceção da seção de tinturaria, as demais seções da União e Trabalho para suas instalações, das quais fez uso até por volta de 1919. (IBIDEM).

Tudo indica que a Ceará Industrial não permaneceu vinculada à Mattos, Lima & Cia, durante todo esse período, apenas por arrendamento, já que existem notícias que ela teve sua propriedade transferida, da Mattos, Lima & Cia. para a firma Boris Frères & Cia., em torno de 1919, por motivo de endividamento daquela primeira empresa para com a segunda. (IBIDEM).

Pelo levantamento realizado por Arno Pearse, em 1919, das estatísticas da indústria têxtil brasileira, a Fábrica Ceará Industrial tinha, naquele ano, um capital de 400 contos de réis e dispunha de uma capa-

cidade produtiva de 70 teares, 3.004 fusos, 160 operários e força motriz de 50 c.v. (IBIDEM).

Por volta de 1925, a firma A. D. Siqueira & Filho adquire a Ceará Industrial da Boris Frères & Cia. e a transforma na principal unidade produtiva do grupo têxtil, que será formado, quando, à ela e à Fábrica Sta. Elisa, vierem a se juntar a Fábrica Santo Antônio e a Fiação São Luiz<sup>7</sup> (VIANA, 1994).

A *Revista dos Industriaes*, de 1928, corrobora a afirmação acima, ao mostrar que a Ceará Industrial, naquele ano, dispõe de uma capacidade de produção de 120 teares e 250 operários e que seus maquinismos são movidos por 23 motores elétricos, com força de 328 h.p.

Em 1928, segundo, ainda, aquela publicação, fabricava ela os seguintes tipos e marcas de tecidos: riscados (“Ceará”, “Sobral” e “Gaúcho”); mescla (“Imperial”), em três cores; e algodõezinhos crus, próprios para sacaria.

Consta, ali também, que estavam anexas à Ceará Industrial, naquele ano, oficinas mecânicas, com seções de soldagem e oxigênio, serrarias e tornos para fundição.

Em 1934, dois anos após o falecimento do Cel. Antônio Diogo de Siqueira, a Ceará Industrial permanece em propriedade da A. D. Siqueira & Filhos, firma que sucedeu, em 1926, a A. D. Siqueira & Filho, e dispõe de uma capacidade produtiva de 150 teares, 3.392 fusos e 300 operários, que produziram, naquele ano, 1.300.000 kg de tecidos, que, por seu turno, consumiram 240.000 kg de algodão (VIANA, 1994).

No final dos anos cinquenta, do século passado, quando ocorre a liquidação da firma A. D. Siqueira & Cia, a Fábrica Ceará Industrial é vendida para o grupo empresarial P. Machado, que a incorpora a uma firma produtora de óleos vegetais, denominada Companhia Brasileira de Óleos (CIBRASOL) (ALMEIDA, 1969).

---

<sup>7</sup> Essa fábrica, que foi instalada, em meados da década de 1920, no cruzamento da Av. Tristão Gonçalves com R. Domingos Olímpio, pertencia a firma “Fábrica de Fiação São Luiz Ltda”, cujos sócios eram Luiz Vieira e João Ribeiro do Rego Barros. Por volta de 1930, Antônio Diogo se associou àqueles empresários nesse empreendimento industrial. É oportuno lembrar que, em 1930, é constituída a “Empresa de Fios e Redes Ltda.”, com o objetivo de negociar as produções de fios e redes das fábricas pertencentes a A. D. Siqueira & Filhos; a Siqueira & Gurgel Ltda., a Fiação S. Luiz Ltda., e a Manoel J. Lima (VIANA, 1988).

## 5 A fábrica Santo Antônio



A Fábrica Santo Antônio, a exemplo da Fábrica Ceará Industrial, não foi fundada por Antônio Diogo de Siqueira, porém, por volta de 1927, foi arrendada à firma A. D. Siqueira & Filhos, que a adquirirá definitivamente em 1930.

Em 26/03/1924, foi constituída a firma Monteiro, Andrade & Cia. Ltda., com um capital social de 400 contos de réis, cujo objetivo era instalar uma fábrica de fiação e tecelagem de algodão, na Rua Antônio Pompeu. (JUCEC, 1926).

A supracitada firma era composta dos seguintes sócios: Dr. João Cezario de Andrade, Dr. Manoel Leiria de Andrade, que foi Deputado Estadual e Secretário de Interior e Justiça, do Governo Justiniano de Serpa (1920-1923), Álvaro Alves Monteiro e Vicente Alves Monteiro<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Vicente e Álvaro Alves Monteiro eram sócios de duas firmas: a "Monteiro & Irmão" e a "Monteiro, Pinto & Cia. Ltda." A primeira delas foi constituída, em 01/02/1920, com o objetivo de explorar o comércio de redes, fios, artigos de viagem e malas, com um capital social de 200 contos de réis, assim dividido: Vicente Alves Monteiro (150 contos); Álvaro Alves Monteiro (50 contos). A segunda, em 01/02/1924, com o mesmo objetivo da anterior, com capital social também de 200

Esses dois últimos sócios deveriam participar do capital social com 10 contos de réis, cada um, e os dois primeiros, com, respectivamente, 280 contos de réis e 100 contos de réis (IBIDEM).

Em 15/08/1924, a Fábrica Santo Antônio tem suas instalações inauguradas. (VASCONCELOS FILHO, 2002).

Pela mensagem do Presidente José Moreira da Rocha à Assembléia Legislativa do Ceará, em 1928, a Fábrica Santo Antônio consta como sendo propriedade da firma Andrade & Cia. Ltda. e, não, da Monteiro, Andrade & Cia. Ltda.

Segundo aquela mensagem, a Santo Antônio possuía, naquele ano, 30 teares e produziu 453.385 m de tecidos e 131.925 kg de fios, que consumiram 212.028 kg de algodão.

A Fábrica Santo Antônio, no entanto, desde, por volta, de 1927, já estava arrendada à A. D. Siqueira & Filhos, fato que foi omitido na referida mensagem.

Em janeiro de 1929, segundo a *Revista dos Industriaes*, a Santo Antônio dispunha de uma capacidade produtiva de 30 teares e 70 operários, possuía dois motores, movidos a gás nobre, com força de 50 e 80 h. p., cada um, e era especializada na fabricação de algodõezinhos crus e fios para redes.

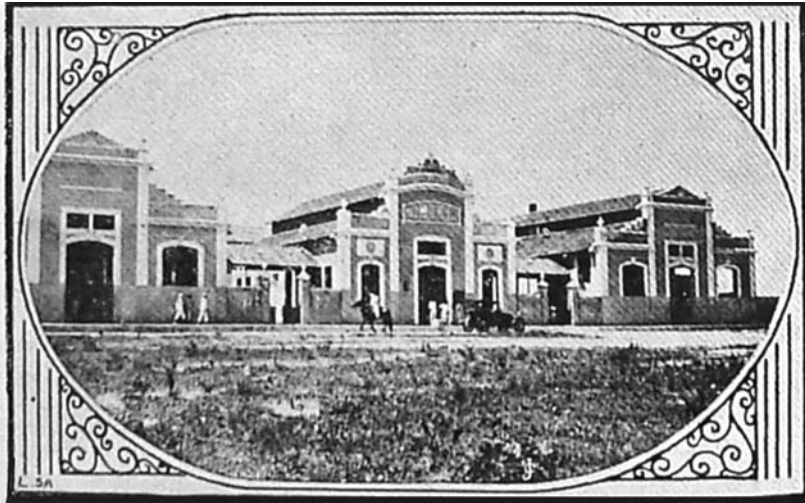
Em 1934, quatro anos após ter sido adquirida definitivamente pela A. D. Siqueira & Filhos, a Fábrica Santo Antônio dispunha de uma capacidade produtiva de 33 teares, 630 fusos e 90 operários e fabricou 400.000 kg de tecidos, que consumiram 80.000 kg de algodão. (VIANA, 1994).

Na relação das fábricas de fiação e/ou tecelagem existentes, no Ceará, em 1956, que consta no *Almanaque do Ceará*, daquele ano, já não mais figura o nome da Fábrica Santo Antônio.

---

contos de réis, assim dividido: Vicente Alves Monteiro (100 contos); Álvaro Alves Monteiro (70 contos); e Antônio Pinto de Siqueira Mesquita (30 contos) (JUCEC, 1926).

## 6 O Matadouro Modelo



*O Matadouro Modelo, de Fortaleza, visto pela frente*

Apesar de, a partir do início do século XX, o Cel. Antônio Diogo ter passado a desenvolver outras atividades econômicas que não a marçanteria, ele, até o final de sua vida, nunca se afastou desse ofício, que aprendeu com o pai, José Vital de Siqueira, e que também foi exercido pelos seus irmãos Diogo Henrique de Siqueira, Francisco Diogo de Siqueira e Gustavo Diogo de Siqueira (VASCONCELOS FILHO).

No final do século XIX, ainda, Antônio Diogo, juntamente com seu irmão, Diogo Henrique de Siqueira, Joaquim Martins Júnior, Francisco Araújo Barros e Antônio José de Souza, constitui a firma Siqueira, Martins, Barros & Cia., cujo objetivo era o comércio e o abate de gado na Praça de Fortaleza (IBIDEM).

Quando, por volta de 1900, Diogo decide aproveitar o sebo dos bois que abatia, para produzir sabão, ele, juntamente com Antônio José de Souza e Joaquim Martins Júnior, constitui a firma Souza, Martins & Cia, com o objetivo de instalar uma saboaria na P. de Pelotas (atual P. Clóvis Beviláqua). (IBIDEM).

No último governo do Comendador Nogueira Accioly (1908-1912), Antônio Diogo, ganha, juntamente com membros da família do oligarca, de quem era apadrinhado, um contrato para monopolizar os talhos de carne do “Mercado Público de Fortaleza”. Segundo Theophilo (1914, p. 61 e 62), “O contrato foi, como tudo que se fazia nesse tempo, uma farça (*sic*), na qual representavam como contractantes os Srs. Antônio Diogo & Cia. Os lucros desta sociedade clandestina, moralíssima, eram assim divididos: 48 por cento para Antônio Diogo e a sua companhia que eram umas oito figuras talvez e 52 por cento para os membros da família Accioly, representada por José Coelho Albuquerque, primo do Sr. Accioly [...]”. É oportuno lembrar que uma filha de Diogo, Maria, era casada com Lindolpho Pinto Nogueira, sobrinho de Accioly.

O Cel. Antônio Diogo viverá o seu apogeu, como marchante, ao ser inaugurado o “Matadouro Modelo”, em 18/07/1926, que o tinha como um dos proprietários.

Autorizado o contrato da sua construção pela lei municipal nº 126, de 29/12/1924, foi aberta a concorrência pública e assinado o contrato, com o seu vencedor, o capitalista Abel Ribeiro, em 19/01/1925, tendo os trabalhos sido iniciados em 07/03/1925, após o acordo entre Ribeiro, Diogo e Arthur Themotheo que os levou a constituição da firma: “Matadouro Modelo Limitada”. (ALBUM DE FORTALEZA, 1931).

A firma “Matadouro Modelo Limitada” foi constituída, em 02/02/1925, com um capital social de 500 contos de réis, assim distribuído entre os sócios: Antônio Diogo de Siqueira (167:500\$000); Arthur Themotheo (167:500\$000); Abel Ribeiro<sup>9</sup> (105:000\$000); Dr. César

<sup>9</sup> Arthur Themotheo, nascido em 15/04/1882, em Pentecoste, era filho de José Themotheo Lima e Bárbara de Oliveira Lima. Desde moço, dedicou-se as atividades de marchantaria e comerciais. Em 1903, constituiu a firma individual “Arthur Themotheo”, com o objetivo de atuar com representações e em conta própria, com um capital de 100 contos. Depois de acumular razoável fortuna, resolveu instalar grande fábrica de extração de óleo de oiticica em Santa Quitéria, pertencente a Empresa Nordestina de Óleos Vegetais, da qual era presidente. Foi vereador em Fortaleza e faleceu a 04/11/1944 (GUIMARÃES, 1951).

Abel da Costa Ribeiro, nascido em Maranguape a 08/02/1972, era filho de Galdino Costa Ribeiro e Francisca Antonia Ribeiro. Dele, que foi genro, em seu primeiro casamento do Comendador João Correia de Mello, português radicado em Maranguape, que foi o grande incentivador ali do cultivo de laranjas para exportação para a Inglaterra (MARQUES, 2006), não conseguimos informações sobre as atividades econômicas que exercia, porém obtivemos informações sobre a atuação econômica dos seus filhos Aluizio e Humberto.

Aluizio Correia Ribeiro era sócio de João Facundo Barbosa na firma “Ribeiro & Barbosa” constituída, em Maranguape, em 19/04/1922, com objetivo de negociar com gêneros do país e um

Cals de Oliveira, genro de Diogo, (20:000\$00); Adamir Câmara Ribeiro Falcão, filha de Abel Ribeiro (20:000\$00); e Antônio Veríssimo Freire (20:000\$00) (JUCEC, 1926).

Com a vitória do movimento revolucionário, liderado pela Aliança Liberal, o Dr. Antônio Urbano de Almeida, então Prefeito de Fortaleza, com base no decreto nº 175, de 28/04/1931, assinado pelo interventor estadual, Dr. Manoel Fernandes Távora, que o autorizava a rescindir o contrato de exploração do “Matadouro Modelo”, pela supracitada firma, formalizou essa decisão pelo decreto nº 17, de 02/05/1931. (ALBUM DE FORTALEZA, 1931).

## 7 O Banco dos Importadores de Fortaleza



Predio onde funciona o Banco dos Importadores

capital social de 200 contos de réis, assim distribuído entre os sócios: Ribeiro (50 contos) e Barbosa (150 contos) (SUCEC, 1926).

Em propaganda no álbum *Terra Cearense* (1925), a “Ribeiro & Barbosa” anuncia que é a maior compradora de algodão em Maranguape e que possui ali uma fábrica de beneficiar algodão e arroz. Além disso, ela expõe, no anúncio, que atua nos ramos de importação e exportação e que é proprietária de armazéns de fazendas (que vende em grosso), estivas, miudezas e ferragens.

Humberto Ribeiro, por seu turno, foi proprietário de uma livraria em Fortaleza.

É oportuno lembrar, que sua filha, Adamir, era casada com Waldemar Cromwell do Rego Falcão.

Fundado pelo “Centro dos Importadores de Fortaleza”, como uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, em 23/11/1924, e instalada, em 12/04/1925, com um capital realizado de R\$ 62:800\$000, o “Banco dos Importadores” teve como primeira diretoria: João Batista Lopes<sup>10</sup> - presidente; J. F. Alves Teixeira<sup>11</sup> - vice-presidente; F. F. Delgada Perdigão – gerente; e José Cavalcante Parente – secretário (ALBUM DE FORTALEZA, 1931).

Em Assembleia Geral de 30/07/1930, os seus sócios resolvem transformar essa cooperativa em sociedade anônima, o que foi viabilizado pela carta patente n°939, de 05/05/1930, passando, a partir de então, aquele estabelecimento bancário a ter, como presidente, o Cel. Antônio Diogo (GIRÃO, 1945).

Em 1931, o “Banco dos Importadores” tinha um capital subscrito de 1.000 contos de réis, um capital realizado de 900 contos e fundos de reservas de 130 contos. Fazia todas as operações bancárias e se encarregava de cobrança de títulos, em todos os estados brasileiros, e de transferências de fundos, mediante comissões, dispondo para isso de ótimos correspondentes (ALBUM DE FORTALEZA, 1931).

Naquele ano, aceitava depósitos a prazos fixos e com retiradas livres, abonando juros compensadores aos depositantes (IBIDEM).

Com a morte de Antônio Diogo em 1932, o “Banco dos Importadores” passa a ter, J. F. Alves Teixeira, como presidente (GIRÃO, 1945).

<sup>10</sup> João Batista Lopes era filho do também comerciante Jesuíno Lopes de Maria. Em 28/05/1925, quando é registrado novo contrato social da firma J. Lopes & Cia., na Junta Comercial do Ceará, ele ali aparece como o sócio majoritário dessa firma, que registrou-se, naquela data, com um capital social de 500 contos de réis, dos quais 400 contos pertencem a ele; 50 contos a José Alves Lopes; e 50 contos a Olavo Alves Lopes (JUCEC, 1926). A J. Lopes & Cia., possuía naquela data, três seções: uma, de fazendas (na P. do Ferreira); outra, de estivas (na R. M. Facundo), e uma terceira, de gêneros de exportação (na R. da Praia) (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1925).

<sup>11</sup> O Coronel José Francisco Alves Teixeira era possuidor de duas firmas comerciais: uma em Fortaleza, com o nome de “J. F. Alves Teixeira”, e a outra, no Crato, denominada de “Alves Teixeira & Cia.”. A primeira delas foi constituída, em 01/03/1921, com o objetivo de explorar o comércio de fazendas por atacado, com um capital de 500 contos de réis. A segunda foi constituída, em 20/01/1924, com o objetivo de explorar o comércio de fazendas, miudezas e ferragens, com um capital social de 100 contos de réis, assim distribuído: José Francisco Alves Teixeira – 70 contos; e Luiz Teixeira d’ Alcântara – 30 contos (JUCEC, 1926). Em 01/07/1930, ele funda, com um capital social de 400 contos de réis, a “Casa Bancária J. F. Alves Teixeira” em Fortaleza, que será autorizada a funcionar pela carta patente n° 916, de 06/08/1930 (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1941).

## 8 O Banco dos Proprietários

O Cel. Antônio Diogo, ao longo de sua vida, também aplicou seus capitais na aquisição e na construção de imóveis em Fortaleza, cuja quantidade se contava às centenas quando do seu falecimento em 1932 (VASCONCELOS FILHO).

Dentre os imóveis pertencentes a Diogo, merecem destaque a grande gleba de terra, adquirida por ele do seu genro Waldemiro Maia, que compreendia a área limitada pelo Rio Cocó, por trecho do ramal ferroviário que se destina ao porto do Mucuripe e pelo Oceano Atlântico, do Mucuripe até a foz do Rio Cocó, e a vasta porção de terras no Parque Araxá, atualmente absorvido pelo Bairro da Parquelândia. (IBIDEM).

Na condição de grande proprietário de imóveis, quando o “Centro dos Proprietários de Fortaleza” toma a iniciativa de criar o “Banco dos Proprietários”, em 14/01/1930, Diogo não somente adere à ideia como se tornará componente da primeira diretoria a gerir aquele estabelecimento bancário (ALBUM DE FORTALEZA, 1931).

O “Banco dos Proprietários” foi constituído, como uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, com um capital social de R\$ 225:500\$000. O seu objetivo era o de estabelecer uma carteira de cobrança de aluguéis, bem como o de administrar propriedades em geral. (IBIDEM).

Sua inauguração se deu em 28/07/1930 e sua primeira diretoria era assim composta: Dr. Raimundo Gomes – presidente; Joaquim Antônio Viana Albano – gerente; Gervásio Gurgel do Amaral<sup>12</sup>, Dr. Gustavo da Frota Braga, Antônio Diogo de Siqueira, Manoel Gonçalves dos Santos e Otávio Veríssimo – diretores – conselheiros; Antônio Rodrigues Carneiro, Antônio de Matos Porto e João Cavalcante e Silva – membros do conselho fiscal. (IBIDEM).

Até a sua morte, o Cel. Antônio Diogo de Siqueira foi seu diretor – conselheiro.

---

<sup>12</sup> Gervásio Gurgel do Amaral, nascido em 18/12/1877, no Aracati, transferiu-se depois para Fortaleza, onde, inicialmente foi caixeiro e, posteriormente proprietário da “Casa Elegante” e da “Alfaiataria Francesa”. Possuidor de grande gleba de terra em Parangaba, passou a fabricar ali tijolos e telhas que foram utilizados na construção de 100 casas de sua propriedade na Av. Dom Manuel e adjacências. Morreu em 02/06/1941. (Depoimento oral de Aluizio Gurgel do Amaral, seu filho).

## Referências Bibliográficas

Album de Fortaleza de 1931.

Album Terra Cearense de 1925.

Almanaque do Ceará – Coleção de 1895 a 1964.

ALMEIDA, M. I. R. A história da Indústria de óleos vegetais no Ceará: 1900-1960. Fortaleza, UFC – Stylus, 1989.

Centro Industrial do Brasil. Censo Industrial de 1907.

GIRÃO, R. “História bancária do Ceará”. In: Martins Filho, A. e Girão, R. (Orgs.) O Ceará. Fortaleza. Instituto do Ceará, 1945.

GUIMARÃES, H. V. Deputados providenciais e estaduais do Ceará – assembleias legislativas 1835-1947. Fortaleza: Editora Jurídica, 1951.

Junta Comercial do Estado do Ceará. Cadastro das casas comerciais do Estado Ceará – 1926.

MARQUES, A. Maranguape – sua gente, sua história (uma cronologia). Fortaleza: Exposição Gráfica e Ed. Ltda, 2006.

Relatório do Presidente José Moreira da Rocha de 1928.

Revista dos Industriaes de 1928 e 1928.

THEOPHILO, R. Libertação do Ceará. Lisboa: TYP. Editora, 1914.

VASCONCELOS FILHO, L. G. Da Ribeira do Sabonete ao Pajeú – apontamentos genealógicos sobre os Diogos de Siqueira de Fortaleza. Fortaleza: S. E., 2002.

VIANA, C. N. A indústria têxtil de algodão do Ceará (1881 – 1973): uma experiência de industrialização fora do Centro-Sul. Brasília, 1988 (Dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. A indústria de óleo de caroço de algodão no Ceará: o surto de investimentos de 1919 a 1925. In: Revista Econômica do Nordeste, v. 25, n. 3, julho/setembro 1994.